



Manifesto contrário à instalação da Termelétrica São Paulo Geração de Energia Ltda

O Brasil, um dos países mais ricos em biodiversidade do planeta; está andando de marcha a ré na agenda mais importante do século XXI, aquela da qual depende a continuidade da vida como a conhecemos hoje, incluindo a nossa própria sobrevivência como mais uma das milhões de espécies que habitam o planeta. Como exemplo recente de nossos retrocessos temos a sucumbência do atual governo e congresso nacional ao poderoso lobby mundial do gás, no contexto da necessária transição energética para uma matriz totalmente renovável e justa.

Enquanto muitos países no mundo todo se comprometem e se encaminham para um cenário de Transição Energética Justa e Sustentável, o Brasil está em plena expansão do gás metano de petróleo (apelidado de gás natural): seja pelo crescimento da exploração e produção em território nacional, seja pela implantação de novos empreendimentos termoelétricos e suas infraestruturas necessárias. A privatização da Eletrobrás foi escandalosa em atender os interesses relacionados ao gás metano com a aprovação da expansão de termelétricas em mais 9GW, em um país com mais de 80% da matriz elétrica servida por energias renováveis, e com potencial de crescimento ainda desconhecido de fontes menos agressivas ao meio ambiente.

Conforme estudos técnicos realizados pelo Instituto Internacional Arayara e Observatório do Petróleo e Gás (OPG), o conjunto de infraestruturas que compreendem essa geração de energia envolve a expansão de gasodutos, de linhas de transmissão, de construção de subestações e de terminais GNL por todo o país. Ao todo, são pelo menos 74 novos projetos termelétricos que somam mais de 17 GW de potência instalada e queima de gás fóssil e 19 novos projetos de terminais GNL (um aumento de 380% no número de terminais). Amparados pelo Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2030, que prevê o crescimento da produção de gás metano de petróleo no país, de 130 milhões para 276 milhões de metros cúbicos por dia até 2030. Atualmente, com um recorde de produção de 147,9 milhões de m³ /dia (outubro de 2022) e com o maior volume de emissões de gases poluentes em 15 anos. Em 2021, o país emitiu 2,42 bilhões de toneladas brutas de CO₂, uma alta de 12,2% em relação a

2020, conforme o Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG), do Observatório do Clima.

A construção de todo esse aparato para viabilizar a expansão das termelétricas a gás no Brasil irá impactar significativamente grandes áreas sensíveis nos biomas Amazônico, Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica e em áreas de importante preservação para conservação de ecossistemas de modos de vida de comunidades tradicionais. Além de impactar fortemente na vida de todos os brasileiros, sobretudo dos mais pobres, pelo aumento das tarifas de energia. A energia térmica é suja e muito mais cara, com o maior custo por MW gerado atualmente. Sendo assim, no cenário em que o Brasil se apresenta como a 2º energia mais cara do mundo, e no qual 85% dos brasileiros encontram-se com dificuldade de pagar a conta de energia. E a escolha de investimento em uma matriz baseada na construção de grandes complexos termoelétricos a gás e suas infraestruturas indispensáveis aponta para distanciamento do cumprimento das NDCs e compromissos internacionais e um aprofundamento significativo das desigualdades sociais do país, econômicas e do racismo energético e ambiental, contra o qual lutamos.

Neste contexto, o município de Caçapava e o Vale do Paraíba paulista, entram no mapa da expansão desse nocivo combustível fóssil, como território ameaçado pela implantação da maior termelétrica a gás do estado de São Paulo, com previsão de 1.743 MW de potência instalada, que irá queimar 6 milhões de m³ de gás por dia, e mais 100 m³ de água por hora, água essa retirada de poços profundos, que é a mesma fonte abastecimento hídrico da população de Caçapava e do Vale do Paraíba.

A holding Natural Energia, sediada no município do Rio de Janeiro - RJ, é quem está propondo esse descabido e anacrônico projeto, tanto que as tratativas com o poder público local (executivo e parte do legislativo) estão bem avançadas. Tais tratativas que até o momento ocorreram de forma estranha, pois as reuniões não respeitaram protocolos ou agendas oficiais do poder público municipal, ocorrendo atrás das cortinas, longe do olhar do público.

A ONG Associação Eco Vital, teve conhecimento deste projeto em 19 de maio de 2022, porém, já era de conhecimento da prefeitura municipal desde o final do ano de 2021, a qual inclusive já havia expedido certidão de uso e ocupação de solo para o projeto, que já possui uma área de 250 mil m² arrendada por 30 anos.

É importante ressaltar que a geomorfologia do Vale do Paraíba é uma planície entre as Serras do Mar e da Mantiqueira, e servida pela predominância de ventos oceânicos circulares de baixa intensidade, fator que não proporciona dispersão atmosférica. Em outras palavras, venta muito pouco nos municípios da região do Vale do Paraíba localizado entres as serras, assim todas as emissões permanecem concentradas na atmosfera da região, o que é agravado nos períodos de estiagens prolongadas, e no inverno quando ocorrem as inversões térmicas. Esses fatores que também proporcionam as chuvas ácidas, devido à alta concentração de gases e particulados suspensos na atmosfera, que leva a contaminação das águas e do solo.

A proximidade deste complexo termoelétrico de áreas urbanas é outro fator temerário, a região prevista para sua instalação fica apenas a 5 km do centro do município de Caçapava e do turístico Distrito de Quiririm pertencente à Taubaté, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) já disse que vai ocorrer impactos urbanos com a instalação da usina termoelétrica.

Além disso, a água subterrânea e superficial abastece a população e outras atividades econômicas da região e o Rio Paraíba do Sul, que já apresenta se em uma situação crítica de conflitos no uso da água, é responsável pelo abastecimento de água de toda a baixada fluminense e parte da cidade do Rio de Janeiro, e atualmente também é responsável pelo abastecimento do sistema Cantareira, que sofre com as recorrentes crises hídricas, deste modo fica destacada sua contribuição importante no abastecimento público também da cidade de São Paulo.

O município de Caçapava já sofre com diversos passivos socioambientais, referente à instalação de indústrias poluidoras, que causaram muitas doenças e mortes a seres humanos e animais, e hoje são massas falidas que deixaram milhares de toneladas de escórias de metais pesados que contaminam e poluem o solo, a água e o ar. Soma-se a esse quadro a mineração desordenada de areia, que degradou de forma permanente boa parte da várzea do rio Paraíba do Sul; a instalação de um aeroporto fracassado, barrado na justiça por crimes ambientais, que desmatou vegetação de Cerrado do Vale do Paraíba e movimentou uma grande quantidade de terra, deixando expostas a erosão e o assoreamento de corpos hídricos; as constantes tentativas de instalação de pedreiras em áreas próximas a Unidade de Conservação da Serra do Palmital. Agora essa pretensa mega usina termoelétrica é uma ameaça à qualidade de vida regional e nacional.

O povo do Vale do Paraíba NÃO quer a instalação de usinas termoelétricas e nem incineradores de lixo, que nada mais são do que usinas térmicas transvestidas de solução final para a incapacidade de gestão de resíduos sólidos; afrontando e em total desacordo com a política nacional de resíduos sólidos. Os habitantes do município e da região também reivindicam a extensão do direito à consulta prévia para instalação de empreendimentos de grande porte, por meio de um plebiscito regional.

Clamamos para que as questões sobre o clima e a geração de energia por meio de fontes limpas e renováveis sejam assuntos centrais. Temos um território nacional imenso, muito bem servido de sol e ventos, um extenso litoral de constantes marés. As auto e pequenas gerações de energia descentralizadas, para um imenso território como o nosso precisam ser tomadas mais à sério como a solução para evitar a sobrecarga do sistema de geração e distribuição, para isso é preciso linhas de financiamento, aperfeiçoamento da legislação e regulamentação desse modelo, sobretudo para as pequenas e médias empresas, como forma de reduzir os custos no setor produtivo. Não é possível optar pelo pior, com tantas alternativas possíveis e viáveis.

A Coalizão Energia Limpa, organização composta pela Arayara, IEMA, INESC, IDEC, Polis e Climainfo, tem apresentado no Brasil e no mundo as problemáticas dos planos de energia e uso do gás natural no Brasil e suas consequências climáticas, econômicas, sociais e ambientais. Para o Brasil trilhar caminhos rumo ao protagonismo na agenda ambiental cumprindo metas como a redução de emissão de GEE (gases do efeito estufa), nenhuma termelétrica deve ser construída, muito menos à revelia do meio ambiente e da saúde da população local.

A Campanha Nacional #XÔTERMOELÉTRICAS que hoje atua em projetos térmicos com as mesmas problemáticas como o de Caçapava realizou inúmeros ações civis públicas (ACPs) e audiências públicas apresentando problemas graves nos licenciamentos ambientais e em projetos de Cluster energéticos que impactam milhões de brasileiros. A Arayara questiona na justiça dezenas destes empreendimentos.

Considerando que a Bacia Hídrica do Vale do Paraíba já tem um grande consumo preferencial humano e o Rio Paraíba do Sul está abastecendo o sistema Cantareira durante as crises hídricas que São Paulo tem sofrido, recomenda-se que os colegiados responsáveis pelo gerenciamento das águas do Paraíba do Sul; Comitê de Bacias do rio Paraíba do Sul e o Ceivap sejam sempre consultados antes da implementação de empreendimentos que coloquem em risco suas águas. Além disso, solicitamos à CETESB e ao IBAMA que não sejam mais licenciados empreendimentos termoeletrônicos, e de grande consumo de água, por colocar o abastecimento da Região metropolitana do Vale do Paraíba, Baixada Fluminense, Rio de Janeiro e a cidade de São Paulo em Risco.

Assinado,

- Instituto Internacional Arayara,
- Coalizão Energia Limpa,
- OPG - Observatório Do Petróleo E Gás
- OCM - Observatório Do Carvão Mineral
- Fundação Arayara
- Fé Paz E Clima,
- Elo Ambiental da Rede de Sustentabilidade do Estado de São Paulo
- ONG Ecovital
- Coletivo Subverta
- Vereadora Dandara Gissoni, Caçapava SP
- Juventude Travessia
- Jovens Pelo Clima
- Coletivo Resistência
- Associação Território São Francisco Xavier
- Comitê Popular De Luta Sebastião Lopes
- Avançar Resolutamente
- Associação Macuco dos trabalhadores rurais

- PSOL
- Rede Emancipa Taiada
- APQC - a Associação de Pesquisadores Científicos de São Paulo
- Rede Nosso Parque
- Frente Parlamentar de Combate às Mudanças Climáticas
- Mandato Guilherme Cortez, Deputado Estadual de SP
- Bancada Feminista Estadual SP, Deputada Estadual de SP
- Mandato Bancada Feminista, Vereança em São Paulo, Capital
- Mandado da Vereadora Talita Cadeirante de Taubaté/SP
- Fórum Verde Permanente de Parques
- Praças e Áreas Verdes São Paulo SP
- Fórum Popular da Natureza
- CUT - Central Única dos Trabalhadores
- Rede agroflorestal do Vale do Paraíba
- Movimento LUTA
- COMTUR - Conselho Municipal de Turismo
- Coalizão Pelo Clima de São Paulo
- Recanto Eleve - Ribeirão Grande, Pindamonhangaba
- Antonio Gilberto Silvério - Advogado e Consultor Jurídico da Câmara Municipal de Monteiro Lobato